

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIA E EDUCAÇÃO**

THAINÁ GREMES CARNEIRO

**LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS**

**São Borja
2025**

THAINÁ GREMES CARNEIRO

**LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu – Especialização em Mídia e
Educação da Universidade Aberta do
Brasil/Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção do
Título de Especialista em Mídia e
Educação.

Orientador: Profª Drª Fabiane Lazzaris

**São Borja
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C257I Carneiro, Thainá Gremes

Letramento digital de pessoas idosas: uma análise de políticas públicas
e ações universitárias / Thainá Gremes Carneiro.
18 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Especialização)-- Universidade
Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIA E EDUCAÇÃO, 2025.
"Orientação: Fabiane Lazzaris".

1. letramento digital. 2. pessoas idosas. 3. políticas públicas. 4.
universidades. I. Título.

THAINÁ GREMES CARNEIRO

LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Mídia e Educação da Universidade Aberta do Brasil/Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Mídia e Educação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 29 de novembro de 2025.

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente
FABIANE LAZZARIS
Data: 12/12/2025 15:25:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Fabiane Lazzaris
Orientadora
(Unipampa/UAB)



Documento assinado digitalmente
ALINE SOUZA DA LUZ
Data: 15/12/2025 10:25:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Aline Souza da Luz
(Unipampa)



Documento assinado digitalmente
RUBYA MARA MUNHOZ DE ANDRADE
Data: 12/12/2025 19:49:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Rubya Mara Munhoz de Andrade
(Unipampa)

LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas ao letramento digital no Brasil, com foco no Estado do Rio Grande do Sul, identificando iniciativas em universidades federais que possam subsidiar futuras ações governamentais. Especificamente, busca-se: (1) contextualizar o conceito de letramento digital aplicado ao público idoso; (2) mapear políticas públicas federais existentes; e (3) examinar ações universitárias voltadas à inclusão digital da terceira idade. Para isto, foi realizada uma análise bibliográfica em conjunto com a análise documental. A primeira para identificar as produções mais recentes acerca do tema, assim como na construção teórico metodológica do presente artigo. A segunda, entendida como método e técnica, auxilia no mapeamento das ações e projetos presentes em universidades federais. Os resultados evidenciam a escassez de políticas públicas federais destinadas ao letramento digital de pessoas idosas e revelam a existência de iniciativas em universidades federais do Rio Grande do Sul, as quais demonstram potencial para orientar a formulação de ações governamentais mais abrangentes.

Palavras-chave: letramento digital; pessoas idosas; políticas públicas; universidades.

Abstract

This article aims to analyze public policies focused on digital literacy in Brazil, with a focus on the state of Rio Grande do Sul, identifying initiatives in federal universities that can support future government actions. Specifically, it seeks to: (1) contextualize the concept of digital literacy applied to the elderly population; (2) map existing federal public policies; and (3) examine university actions aimed at the digital inclusion of the elderly. To this end, a bibliographic analysis was carried out in conjunction with a document analysis. The first was used to identify the most recent productions on the subject, as well as in the theoretical and methodological construction of this article. The second, understood as a method and technique, assists in mapping the actions and projects present in federal universities. The results highlight the scarcity of federal public policies aimed at the digital literacy of older people and reveal the existence of initiatives in federal universities in Rio Grande do Sul, which demonstrate the potential to guide the formulation of more comprehensive government actions.

Keywords: digital literacy; elderly people; public policies; universities.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso às tecnologias digitais têm transformado significativamente os modos de comunicação entre as pessoas. No entanto, o envelhecimento populacional brasileiro impõe desafios específicos nesse cenário. Atualmente, o país registra a presença de uma população idosa¹ maior em comparação com os jovens. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², em 2022 os idosos representavam cerca de 15,6% da população total, ultrapassando os 14,8% de jovens entre 15 e 24 anos. Além disso, atualmente, 84% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet, mas apenas 51% das pessoas acima de 60 anos estão conectadas (NIC.br, 2023).

Os dados revelam que o acelerado aumento do envelhecimento da população e avanços tecnológicos não é acompanhado pelas mudanças necessárias para as questões que atravessam a vivência de brasileiros idosos, visto que políticas públicas e abordagens socioculturais permanecem voltadas prioritariamente às juventudes, em especial aos jovens em idade escolar. Há ainda, a tendência de digitalização de serviços essenciais à nível Federal, como o SUS (Serviço Único de Saúde), o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e o Gov.br (canal oficial do Governo Federal Brasileiro) que pouco compreende pessoas que não estão familiarizadas com as ferramentas digitais. É nesse contexto que se insere o debate sobre o uso das tecnologias digitais por pessoas idosas, tema que converge a inclusão digital e as questões relacionadas ao letramento.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS):

Independentemente da idade que se utilize nos diferentes contextos, é importante reconhecer que a idade cronológica não é um indicador exato das mudanças que acompanham o envelhecimento. Existem variações consideráveis no estado de saúde, na participação e nos níveis de independência entre as pessoas idosas da mesma idade. Os responsáveis políticos devem ter isso em conta ao traçarem políticas e programas para as suas populações de idosos. Promulgar amplas políticas sociais baseadas unicamente na idade cronológica

¹ Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), é considerada pessoa idosa o cidadão com idade igual ou superior a 60 anos. Ver mais em: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/estatuto-da-pessoa-idosa.pdf/view>.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2022. Ver mais em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>.

pode ser discriminatório e contraproducente para o bem-estar das pessoas de idade avançada. (OMS, 2002, p. 6)

Dessa forma, a presente análise parte do pressuposto de que a conectividade não garante, por si só, usos responsáveis e de qualidade mediante um cenário que não prepara os usuários para seu uso. A partir do entendimento de que se faz necessário uma atuação do estado para suprir essa demanda, a pesquisa se debruça, primeiramente, em uma análise bibliográfica com o intuito de contextualizar os principais conceitos da pesquisa. No segundo momento, é feita uma análise documental a partir de acesso aos meios oficiais que tratam da questão de letramento digital de pessoas idosas, a fim de mapear as políticas existentes. Por último, é feito um levantamento das ações existentes em universidades federais do estado do Rio Grande do Sul, de modo a identificar o que vem sendo feito e pode servir como exemplo na elaboração de novas e futuras políticas públicas no país.

2 CONCEITOS GERAIS

Considerando que a pesquisa se propõe a pensar na pessoa idosa, é importante indicar que aqui parte-se da definição do Estatuto da Pessoa Idosa (2022)³, que considera idoso a pessoa de 60 anos ou mais. Em termos geracionais, a inserção dos *baby boomers* (nascidos entre 1947 e 1963) e da geração X (nascidos entre 1964 e 1983) no universo digital ocorre em meio à chamada cultura da convergência, como define Henry Jenkins (2009), na qual as mídias tradicionais e novas mídias coexistem e se interpenetram. Para o autor, a cultura da convergência pode ser entendida como uma “palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando” (Jenkins, 2009, p. 5).

Diferente das gerações nativas⁴ digitais (Prensky, 2001), esses grupos vivenciaram transições tecnológicas marcantes, desde o rádio e a televisão até a internet e os smartphones. Ao discutir a cibercultura no Brasil, André Lemos (2005) observa que a apropriação tecnológica por sujeitos não hegemônicos (nesse caso os idosos) revela tensões entre inovação e exclusão, conectividade e isolamento.

³ Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Ver mais em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

⁴ Millennials (1984 a 1994), geração Z (1995 A 2009), geração alpha (2010 a 2024).

Assim, a presença desses grupos na internet e nas redes sociais, por exemplo, precisa ser entendida não como um dado homogêneo, mas como parte de um processo de inserção complexo e desigual.

Partindo do entendimento da pessoa idosa como sujeito histórico e social, conforme proposto por Freire (2004), esta pesquisa compreende o idoso como agente capaz de interpretar criticamente sua realidade e, a partir dessa consciência, exercer poder de ação e transformação no contexto de mudanças sociotécnicas contemporâneas. Para Freire (2004), o sujeito histórico-social constitui-se por meio de uma educação problematizadora e dialógica, que possibilita ao indivíduo tomar consciência de sua condição, seja ela marcada por situações de opressão ou não, e atuar de forma ativa na construção de sua própria história e na transformação da sociedade. Assim, esse sujeito não se limita à recepção passiva de informações; ao contrário, desenvolve a capacidade de “ler o mundo” e recriá-lo, superando processos de desumanização e utilizando o conhecimento como instrumento de emancipação e justiça social. Em um contexto de evolução tecnológica e constante atualização das ferramentas, o consumo midiático e cultural é atravessado pelos novos modos de relações. De acordo com Martín-Barbero (2006),

o lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para espessar-se, condensar-se e converter-se em estrutural: a tecnologia remete, hoje, não a alguns aparelhos, mas, sim, a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escritas (Martín-Barbero, 2006, p. 54).

Partindo desse entendimento, o conceito de letramento digital é pressuposto como essencial no processo de inclusão efetiva desse público. Desta forma, o presente artigo parte do conceito de letramento digital a partir de Maria Teresa Freitas (2010), que o define como:

O conjunto de competências necessárias para que um indivíduo entenda e use a informação de maneira crítica e estratégica, em formatos múltiplos, vinda de variadas fontes e apresentada por meio do computador-internet, sendo capaz de atingir seus objetivos, muitas vezes compartilhados social e culturalmente. (Freitas, 2010, p. 339)

Embora o acesso de idosos à internet venha aumentando, o simples uso das tecnologias não implica letramento midiático, ou seja, a capacidade crítica de

compreender, avaliar e produzir conteúdos nos ambientes digitais. Anita Liberalesso Néri, pesquisadora do envelhecimento no Brasil, destaca que as políticas públicas muitas vezes não contemplam os idosos como atores ativos da sociedade da informação. No que diz respeito ao acesso aos meios, é válido destacar que o direito à comunicação é considerado um direito democrático adquirido, assim como o direito à informação e o direito ao pluralismo. Ramos, Bayma e Luz (2001) afirmam que:

A primeira e fundamental consequência de se reconhecer o direito à comunicação é o reconhecimento de que ela precisa ser colocada no mesmo patamar das políticas públicas essenciais; nivelando-a à educação, saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outras. (Ramos, Bayma e Luz, 2001, p.)

Dessa forma, parte-se do reconhecimento da importância do acesso, garantia do direito à comunicação e da informação para o exercício da cidadania, bem como do impacto de políticas públicas voltadas às constantes atualizações de demandas da sociedade. Aqui, entende-se políticas públicas pelo conjunto de ações e programas criados e desenvolvidos pelo Governo, sejam eles à nível municipal, estadual ou nacional, com intuito de assegurar os direitos previstos na Constituição Federal (1988). Neves e Silva (2018) destacam:

Inclusive, possui a participação direta ou indireta de entes públicos e privados que visam assegurar direito à cidadania, para diversificados grupos (cultural, étnico, social e econômico) da sociedade que a integra. De um modo geral e mais genérico, elas são criadas e desenvolvidas como meio de promover e garantir a todos, condições mínimas de bem-estar. (Neves e Silva, 2018, p. 217-232)

Para esta pesquisa, se faz relevante destacar o papel das universidades públicas como agentes essenciais para o desenvolvimento de novas políticas voltadas ao tema, visto seu potencial de proximidade com a sociedade civil. No Brasil, a presença de estudantes em instituições federais e privadas revela uma tendência à privatização da educação, como já destacava Afrânio Catani (2008) na palestra intitulada “Papel da universidade pública hoje, concepção e função”. Segundo o pesquisador, na época, cerca de 73% dos alunos estavam matriculados em instituições privadas, enquanto 28% estavam matriculados em universidades públicas. Esses dados demonstraram a tendência que se perpetua até o último

Censo do Ensino Superior (2024)⁵, que conta com a crescente adesão às matrículas Ensino a Distância⁶.

Esse cenário impulsiona o acesso à rede de ensino superior através de instituições privadas, mas não proporciona o que as instituições públicas potencialmente oferecem à seus estudantes, visto á necessidade da esfera privada em cumprir com demandas comerciais e de mercado. Segundo Catani (2008):

“a universidade deve ter voz ativa na sociedade, ela não pode simplesmente atender às demandas do mercado de maneira automática, porque não é preparada ou estruturada para isso. Mas ela pode, entretanto, dialogar com o mercado, uma vez que possui competência para isso, ela gera conhecimento de ponta. Mas ao mesmo tempo, ela necessita de um processo de longa duração para que tal conhecimento seja produzido e para formar um bom pesquisador” (Catani, 2008, p. 13)

3 METODOLOGIA

A partir da perspectiva metodológica da pesquisa aqui apresentada, é importante destacar que a mesma se trata de uma investigação qualitativa e exploratória. Sendo assim, os atravessamentos teóricos discutidos, bem como o material analisado ao longo do trabalho são oriundos da “união” de duas principais ferramentas metodológicas: a pesquisa bibliográfica (Ida Regina C. Stumpf, 2005, p. 51) e a análise documental (Sônia Virgínia Moreira, 2002, p. 269).

3.1 Pesquisa bibliográfica

A revisão de literatura é uma atividade contínua e constante em todo o trabalho acadêmico e de pesquisa, iniciando com a formulação do problema e/ou objetivos do estudo e indo até a análise dos resultados (Ida Regina C. Stumpf, 2005, p. 52). Como um registro do momento de realização deste artigo e de modo a compor os caminhos teóricos e metodológicos da proposta, a pesquisa bibliográfica é uma chave no processo de elaboração do trabalho. Aqui, considerando a convergência das áreas do conhecimento de *educação* e *comunicação*, a pesquisa figura como o ponto de partida deste texto.

⁵ Censo do Ensino Superior. Ver mais em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>

⁶ O número de matrículas na EaD, em 2024, corresponde a 50,7% do total de matrículas de graduação no país. Entre 2023 e 2024, o aumento foi de 5,6%.

Nesse sentido, com intuito de localizar trabalhos recentes voltados ao tema proposto, foi feita uma pesquisa bibliográfica na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para isto, foram selecionadas as palavras-chave: letramento digital, idosos, políticas públicas e internet; para localizar trabalhos com eixos temáticos próximos ao artigo, foram fixados os termos “letramento digital e idosos”, somados ao terceiro termo. A pesquisa considerou o período de cinco anos (2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025) e localizou o total de 66 publicações, entre teses e dissertações. Na tabela abaixo consta a descrição dos achados e a indicação dos artigos considerados. Estes, selecionados a partir da ordem de “relevância” disponível na base analisada:

Tabela 1 - Resumo da pesquisa bibliográfica exploratória

Palavras-chave (letramento digital + idosos)	Número de resultados	Trabalhos considerados	Metodologias	Área
políticas públicas	16 (9 dissertações e 7 teses)	2 (1 tese e uma dissertação)	estudo de caso e entrevistas em profundidade	<u>Gerontologia e Administração Pública</u>
internet	11 (7 dissertações e 4 teses)	2 (dissertações)	estudo longitudinal e pesquisa etnográfica	<u>Gerontologia e Direito</u>
educação	31 (20 dissertações e 11 teses)	2 (dissertações)	questionário e entrevista; design science research (DSR)	<u>Educação e Inovação e Tecnologias Educacionais</u>
comunicação	8 (5 dissertações e 3 teses)	2 (1 dissertação e 1 tese)	estudo longitudinal retrospectivo e protocolo CAAC (Compreensão; Aproximação; Aplicação; e Compartilhamento).	<u>Gerontologia e Comunicação</u>

Fonte: autoria própria.

Os trabalhos localizados possibilitam observar as convergências temáticas, abordagens possíveis e as diferentes frentes de estudo nas quais a presença da discussão sobre o letramento digital de pessoas idosas no contexto brasileiro é de relevância. Deste modo, fica evidente a pertinência das discussões que promovem um debate embasado em registros oficiais e reflexão, de modo a colaborar para uma visão mais ampla do cenário atual de ações vigentes.

Em termos teóricos, a análise dos trabalhos auxilia a compor o quadro de conceitos essenciais ao trabalho, sendo os termos letramento digital, internet, idosos e políticas públicas os mais acionados. Por fim, a leitura feita nos trabalhos demonstra uma lacuna de achados construídos de modo a mapear as ações

presentes nas universidades federais, o que reforça a relevância de se propor a discussão a partir do eixo de políticas públicas e seus caminhos possíveis.

3. 2. Análise documental

Neste ponto, a análise documental foi acionada tanto em seu aspecto de método quanto de técnica. Segundo Sônia Virgínia Moreira (2002):

Conforme explica a própria designação, a análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. No caso da pesquisa científica é, ao mesmo tempo, método e técnica. Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário (Moreira, 2022, p. 271-272)

Sendo assim, a análise documental foi feita inicialmente a partir do acesso ao portal oficial do Governo Federal. Lá, foi feita uma pesquisa a partir da aba “informações” com o termo políticas públicas; depois, a mesma coisa foi feita com o termo “pessoa idosa”. Os resultados são pouco objetivos e por vezes orientam as notícias, o que também reflete uma certa lacuna no acesso à informação oficial. Há ainda a presença de indicações feitas pelo Governo, sendo estas melhor descritas no item 4 deste texto.

Após isso, a partir do pressuposto das universidades federais como agentes importantes na mudança do panorama atual, foi realizado um mapeamento das situadas no Estado do Rio Grande do Sul e, dessa forma, identificados seus portais ou sites oficiais. As instituições analisadas foram: a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFSCPA), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Por fim, foi feita uma pesquisa nos sites oficiais de cada instituição com o intuito de localizar ações voltadas para o letramento digital de pessoas idosas, tendo sido utilizados na busca os termos “letramento digital” e “pessoa idosa” separadamente.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No portal do Governo Federal Brasileiro (Gov.Br) é possível localizar o Catálogo de Políticas Públicas⁷, plataforma que tem como objetivo principal a transparência de informações sobre as políticas do âmbito federal, assim como servir como um espaço para pesquisa. Lá é possível localizar projetos em vigência, seja a partir das áreas temáticas ou por palavras-chave de pesquisa. Sendo assim, foi feita uma pesquisa a partir dos termos “letramento digital” e “pessoa idosa”. A primeira não alcançou resultados e, a segunda, indica resultados voltados para área da saúde, direitos humanos e assistência social⁸, como pode ser observado abaixo.

Imagem 1 - Resultados obtidos no Catálogo de Políticas Públicas

Política	Grande Área	Área	Subáreas	Ano	Início Vigência
Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNPI)	Social	Saúde	Saúde	2006	18/10/2006
Política Nacional da Pessoa Idosa	Social	Direitos Humanos	Direitos da Cidadania	1994	04/01/1994
Carteira da pessoa idosa	Social	Assistência Social	Assistência Social	2006	17/10/2006

Fonte: autoria própria.

Atualmente em análise na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4263/24⁹ cria o Programa Nacional de Letramento Digital para Pessoas Idosas. O texto insere a medida na Lei 14.533/23¹⁰, que institui a Política Nacional de Educação Digital. Na prática, o projeto prevê a parceria com instituições públicas e privadas, como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), centros de convivência, instituições de ensino superior e técnico e até mesmo instituições financeiras¹¹. Dentre os principais objetivos, o projeto visa promover a inclusão digital, capacitar pessoas idosas e estimular a autonomia de pessoas idosas no contexto digital. Sendo assim, o Projeto de Lei figura como o único instrumento sendo debatido à nível federal, indicando um caminho a ser trilhado na seara do letramento digital.

⁷ O Catálogo de Políticas Públicas é uma plataforma virtual que reúne informações sobre as políticas públicas implementadas no Brasil nas últimas décadas, no âmbito do Poder Executivo Federal. Foi lançada em maio de 2022. Ver mais em: <https://catalogo.ipea.gov.br/>

⁸ Ver mais em:

<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/549/politica-nacional-de-saude-da-pessoa-idosa-pnpi>

⁹ PL 4263/24. Ver mais em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2467147>

¹⁰ Política Nacional de Educação Digital. Ver mais em:

<https://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2023/lei-14533-11-janeiro-2023-793686-norma-pl.html>

¹¹ Agência Câmara de Notícias. Ver mais em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1135146-projeto-cria-programa-nacional-de-letramento-digital-para-pessoas-idosas/>

Deste modo, entende-se imprescindível analisar as ações vigentes nas universidades federais atualmente, visto que esta é uma “chave” de alcance à comunidade geral quando o poder público ainda não avança em políticas. Sobre as universidades como agentes de mudança no processo de ampliação de ações e projetos voltados ao letramento digital para pessoas idosas, o texto parte do entendimento de Maria Helena Sebastiana Sahão Bizelli (2009), quando explica que devido à dependência tecnológica da sociedade, o sujeito idoso é convidado à escolher entre o caminho da adesão ou da recusa desses avanços.

Desse modo, o texto aqui apresentado propõe um mapeamento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e demais ações presentes nas instituições federais do estado do Rio Grande do Sul, a fim de identificar o que já vem sendo desenvolvido. Os eixos (ensino, pesquisa e extensão) podem ser interpretados como indissociáveis (Moita e Andrade, 2009) e, desta forma, compõem a base das universidades brasileiras desde a Constituição Federal de 1988¹², sendo este um importante parâmetro considerado no levantamento. Para os autores Filomena Moita e Fernando Andrade (2009), a indissociabilidade é um princípio que orienta a “qualidade da produção universitária”, visto que:

[...] a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão. Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. (Moita e Andrade, 2009, p. 269)

A partir disso, é válido destacar que foram observados a presença de algumas propostas que, ainda que trabalhem com questões voltadas ao público idoso, não tem em sua descrição uma indicação direta de ações que lidem com o letramento digital deste público, como pode-se observar abaixo:

¹² O ensino foca na formação profissional e na transmissão de conhecimento; a pesquisa na produção de novos saberes e no avanço científico e tecnológico; e a extensão na interação com a sociedade e na transferência de conhecimento para a comunidade. Ver mais em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650167/artigo-207-da-constituicao-federal-de-1988>

Tabela 2 - Levantamento de ações em universidades federais do estado do Rio Grande do Sul

Instituição	Eixo Ensino	Eixo Pesquisa	Eixo Extensão	Outras ações
<u>Universidade Federal do Rio Grande (FURG)</u>	-	-	-	-
<u>Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</u>	-	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (GEPEJAI)	-	-
<u>Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFSCPA)</u>	-	-	<u>Letramento em saúde: inclusão digital na terceira idade (Be-a-ba.Digital)</u>	-
<u>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</u>	<u>Unidade de Inclusão Digital de Pessoas Idosas (UNIDI)</u>		<u>Universidade Aberta para Pessoas Idosas (UNAPI)</u>	<u>UNIDI - Cursos e workshops</u>
<u>Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)</u>	-	-	-	-
<u>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)</u>	-	-	<u>Instagram para Idosos: Conectando-se no Mundo Digital</u>	-
<u>Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)</u>	<u>Programa de Pós-Graduação em Gerontologia (PPGERONTO)</u>		<u>Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (NIEATI)</u>	<u>Projeto Explorando a Engenharia de Telecomunicações</u>

Fonte: autoria própria.

Das sete instituições mapeadas, somente duas não indicavam projetos voltados ao público idoso ou ao letramento digital do mesmo. Ao total, foram localizados quatro projetos e ações ativas no momento da busca realizada em outubro de 2025 e, dentre eles, um está localizado nos *eixos ensino e pesquisa*, dois estão localizados no *eixo extensão* e dois em “*outras ações*”. Dentre os achados estão:

a. Unidade de Inclusão Digital de Pessoas Idosas (UNIDI) - Eixo Ensino, Pesquisa e outros

Com início em 2009, a UNIDI tem por objetivo desenvolver programas educativos e materiais educacionais que promovam a inclusão digital de pessoas idosas através de cursos presenciais, híbridos, virtuais, com ênfase na educação. Além disso, desenvolve pesquisas à nível de graduação e pós-graduação acerca do tema (atualmente, seis pesquisas estão em andamento).

b. Letramento em saúde: inclusão digital na terceira idade (Be-a-ba.Digital) - Eixo Extensão

É um projeto de letramento digital 60+ vinculado à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, sendo parte de um projeto de doutorado do PPG Patologia da mesma instituição. De modo geral, visa promover a inclusão digital a partir de materiais didáticos acessíveis e metodologias ativas.

c. Instagram para Idosos: conectando-se no mundo digital - Eixo Extensão

Por meio da Universidade Aberta Para Idosos (Unapi), o Programa de Extensão da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) oferta ações de integração social e educacional voltadas ao público idoso. Dentre elas, foi ofertada no último semestre a oficina Instagram para Idosos, realizada de forma presencial e aberta ao público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada se propôs a identificar políticas públicas voltadas ao letramento digital de pessoas idosas no Brasil e, posteriormente, mapear as iniciativas de mesmo tema presentes em universidades federais do estado do Rio Grande do Sul. Partindo do pressuposto de que as ações universitárias podem subsidiar a construção de novas políticas governamentais, a pesquisa buscou em seus objetivos específicos (1) contextualizar o conceito de letramento digital aplicado ao público idoso; (2) mapear políticas públicas federais existentes e, por fim, (3) examinar ações universitárias voltadas à inclusão digital da terceira idade.

Considerando o cenário de envelhecimento exponencial da população brasileira (IBGE, 2022), a pesquisa identifica que há ainda poucas ações na esfera pública voltadas ao letramento digital de pessoas idosas. A partir dos achados aqui apresentados, pode-se, no entanto, indicar os diversos projetos e ações presentes e ativos em universidades federais, seja no eixo de ensino, pesquisa ou extensão. Sendo assim, entende-se que o momento atual reflete as novas demandas coletivas emergentes. Ao decorrer da pesquisa, pôde-se observar que as políticas públicas atuais, a exemplo do Projeto de Lei 4263/24¹³ (Programa Nacional de Letramento Digital para Pessoas Idosas) mencionado no item 4 deste texto, não suprem em tempo os desafios impostos pelo aumento da expectativa de vida populacional em um contexto de constante avanço das tecnologias.

¹³ PL 4263/24. Ver mais em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2467147>

Desta forma, objetivou-se dar ênfase aos projetos e ações presentes em universidades federais, partindo do entendimento dos eixos de ensino, pesquisa e extensão que demonstram a responsabilidade social que as instituições públicas têm. Contudo, ainda que o que fora localizado seja relevante para as pessoas que são localmente impactadas, destaca-se o potencial transformador presente em todas elas, seja no contato direto com pessoas idosas, ou ainda, na elaboração de materiais didáticos e gratuitos.

As ações universitárias mapeadas demonstram que, mesmo diante da insuficiência de políticas públicas abrangentes, é possível promover práticas dialógicas e contextualizadas que ampliem a presença e a visibilidade da população idosa no ecossistema digital. Em termos metodológicos, é relevante destacar que os achados listados na tabela 2 (item 4) indicam os materiais, publicações e projetos que constavam na aba de pesquisa geral dos sites oficiais de cada instituição mapeada; ou seja, é possível que existam ações não localizadas, a depender da forma como cada instituição vincula suas informações ao seu site oficial. Deste modo, essa pode ser considerada uma lacuna considerável e que pode indicar um aprimoramento em pesquisas futuras.

Por fim, entende-se que assim como há um catálogo de políticas públicas (IPEA), as ações oferecidas e desenvolvidas nas universidades poderiam também ser organizadas de modo a torná-las ainda mais acessíveis aos cidadãos, sejam eles público alvo dos projetos ou pesquisadores, assim como servirem de guia na elaboração de novas políticas. À luz das reflexões de Paulo Freire (2004), essa conclusão permite interpretar tais iniciativas como práticas educativas que extrapolam a mera transmissão de conteúdos técnicos. Assim, o letramento digital não se limita a capacitações operacionais; configura-se como processo emancipatório, capaz de fortalecer a autonomia, ampliar a participação cidadã e contribuir para a justiça social.

REFERÊNCIAS

BIZELLI, Maria Helena Sebastiana Sahão. et al. Informática para a Terceira idade. Características de um curso bem sucedido. Revista Ciência em Extensão. São Paulo, UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Filho”, v. 5, n. 2, p. 4-14, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. O Papel da Universidade Pública hoje: Concepção e Função. *Jornal de Políticas Educacionais*, [S. l.], v. 2, n. 4, 2008. DOI: 10.5380/jpe.v2i4.15023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/15023>.

FREITAS, Maria Teresa. Letramento digital e formação de professores. *Educ. Rev.* [online]. 2010, vol.26, n.03, pp.335-352. ISSN 0102-4698.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IBGE. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 jul. 2025.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.

LE MOS, André. *Cibercultura*. São Paulo: Sulina, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: MORAES, D. *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 51-79.

NÉRI, Anita Liberalesso. *Psicologia do envelhecimento: temas relevantes na área*. Campinas: Papirus, 1995.

NEVES, Hayanna Bussoletti; SILVA, Juvêncio Borges. A judicialização das políticas públicas em face da inação da administração pública em atender demandas sociais e suas implicações quanto ao princípio da separação dos poderes. In: VI Congresso Brasileiro de processo coletivo e cidadania: Desafios para a efetivação dos direitos coletivos e cidadania, n. 6, 2018, Ribeirão Preto. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*. Ribeirão Preto: Universidade de Ribeirão Preto, out/2018. p. 217-232. Disponível em:

PRENSKY, Marc. *Digital Natives, Digital Immigrants*. On the Horizon, Bradford, v. 9, n. 5, p. 2-6, out. 2001.

RAMOS, M.; BAYMA, I.; LUZ, D. (2001) *Por Políticas Democráticas de Comunicação*. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/artigos/5-politicas.pdf>

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 157-169, 2009.